

Servidores do Judiciário Federal mantêm efetivo na Semana de Conciliação, mas greve continua

Em assembleias setoriais nesta segunda-feira (28), na sede do TRT e Varas do Trabalho na capital e no interior, a categoria decidiu manter o que já fora discutido em assembleia geral. A deliberação é manter o efetivo de 30% trabalhando, conforme exigido na Lei de Greve, mas também permanecer firme no movimento, até a aprovação da verba referente ao PCS no Congresso Nacional.

Os servidores presentes às assembleias discutiram a decisão referente ao interdito proibitório, que aplicaria multa de R\$ 10mil por dia ao Sindjuf-PB, caso não fosse permitido o acesso às Varas e Fóruns trabalhistas no Estado. O Sindicato já entrou com o agravo da decisão no TRF 5ª Região, em Recife.

Outro assunto pautado foi a resolução do CSJT, expedida na sexta-feira (25), que

possui incoerências jurídicas. A Fenajufe está entrando com o remédio jurídico adequado a essa resolução.

A categoria não compreendeu o porquê dessa truculência, já que nunca houve fechamento total do Tribunal e das Varas do Trabalho no Estado. Inclusive, na maior parte do tempo, mais de 30% esteve trabalhando normalmente, sem impedimentos de acesso. Os servidores avaliaram que, na Paraíba, sempre cumpriram todas as metas, por isso, mais um motivo para aderir à luta pelo reajuste, como categoria célere e qualificada.

“Nosso movimento é legítimo, por um reajuste que não acontece há cinco anos. A menina dos olhos do CNJ, que é a Semana de Conciliação, deve acontecer, mas não irá

impedir nosso movimento de continuar e ser fortalecido”, disse Washington Anacleto, coordenador de comunicação do Sindjuf-PB.

PCS

O coordenador-geral, Marcos Santos, na assembleia da sede do TRT, ressaltou que há, nesse momento, pelo menos uma garantia inicial da inclusão do PCS no orçamento do próximo ano, através da emenda aprovada na CCJ, na última semana.

Da verba aprovada na emenda da CCJ, que é de R\$ 2 bilhões, serão duas parcelas para o reajuste de 2012, conforme proposto, sendo 1,6 bilhão para o reajuste dos servidores do Judiciário Federal e o restante para a magistratura. É necessário ainda, no entanto, que a emenda seja votada e aprovada na CMO.